

Plano de Carreira

O que a CPI já descobriu?

DOIS MESES depois da instalação, falta de apoio jurídico está atrasando as investigações

MARCIO REINHEMBEN



Comissão Parlamentar de Inquérito é presidida pelo vereador Cabelo (C), do PTB

Os vereadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de investigar o que levou a Prefeitura a gastar muito do que se previa em pagamento de salários após a implantação do novo plano de carreira, em dezembro de 2015, já descobriram muita coisa. Os trabalhos ainda estão longe de serem concluídos, mas a análise de documentos e os depoimentos de testemunhas deixaram uma convicção: a matéria foi votada e aprovada sem a cautela necessária para evitar os problemas que surgiram. A opinião é do pre-

sidente jurídico específico para acompanhar os trabalhos. O Legislativo tem o seu advogado, mas diante das várias tarefas que possui, ele não consegue atender a CPI com a dedicação necessária.

De acordo com o vereador Cabelo, o objetivo não é apenas orientar a investigação,

despesas com pessoal impedem qualquer investimento", afirma o presidente da CPI.

De acordo com o regimento interno da Câmara, a CPI pode ter 90 dias de duração, prorrogáveis pelo mesmo período. Este primeiro prazo termina no dia 29 de maio. Então, em tese, as investiga-

ções devem ser concluídas até 29 de agosto. Além dos vereadores Neri e Jurez, a comissão é composta por Felipe Kiani da Silva (MDB), Talis Ferreres (PR) e Joel Kerber (Progressistas). As testemunhas ouvidas são o técnico auxiliar Francisco Magro; o secretário da Fazenda, José Nester Bernardes; o

arguente. A opinião é do presidente Neri de Melo Passa, o "Cabelo", e compartilhada pelo colega Jurez Vieira da Silva.

Até agora, a CPI ouviu cinco pessoas, mas deve chamar mais algumas testemunhas nas próximas semanas. O grupo requerer ao presidente da Câmara, Cristiano Brazz (MDB), a continuação de um

nas internet a investigação, mas também analisar documentos e elaborar a minuta de uma proposta de lei para corrigir as distorções que foram constatadas. Esse material será oferecido ao Executivo, a quem cabe a iniciativa por eventuais mudanças no texto. "Do jeito que está, não pode continuar. Precisamos pensar no futuro da cidade e hoje an-

tendo, em tese, as investigações devem ser concluídas até 29 de agosto.

Além dos vereadores Neri e Jurez, a comissão é composta por Felipe Kiani da Silva (MDB), Talis Ferreres (PR) e Joel Kerber (Progressistas). As testemunhas ouvidas são o técnico auxiliar Francisco Magro; o secretário da Fazenda, José Nester Bernardes; o

As primeiras constatações

A partir dos relatos das testemunhas e da leitura de documentos, a CPI já fez algumas constatações:

1 A tramitação do projeto na Câmara, em 2015, apesar da urgência e do efeito das medidas, ocorreu com grande velocidade. Entre o ingresso do projeto e a votação, passaram-se pouco mais de um mês.

2 Quando assumiu que as mudanças representariam um aumento de apenas R\$ 300 mil na folha de pagamento, o técnico auxiliar não considerou os avanços decorrentes da qualificação dos servidores por que recebeu a indenização de que eles não ocorreriam imediatamente. Em seu depoimento, também disse que a implantação das mudanças estava prevista inicialmente para três etapas, mas a Administração fez tudo de uma só vez.

3 A mudança de regras sobre os salários de algumas categorias e permitiu que um grupo de servidores fosse beneficiado

e, em seguida, pedisse a aposentadoria, levando o novo valor do vencimento integralmente, sem ter contribuído para isso. No longo prazo, o Fundo de Aposentadoria dos municípios sentirá esse desequilíbrio.

4 As novas regras permitiram que imediatamente muitos servidores acumulassem avanços por conta de cursos de qualificação, inclusive, fora da sua área de atuação. A proposta inicial estabelecia um período de aquisição de cursos antes para as primeiras incorporações.

5 O texto do projeto de lei sofreu alterações durante a tramitação na Câmara, sem que o peso delas tenha sido avaliado antes da votação pelo plenário.

6 Na época da votação, na legislatura anterior, os vereadores não consideraram alertas feitos por outros servidores e integrantes do Fundo de Aposentadoria (FAP), que já apontavam distorções no cálculo de impacto financeiro.